

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.659.763 - PB (2020/0028901-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : RONALDO JOSÉ DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO : ARNALDO MARQUES DE SOUSA - PB003467
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por RONALDO JOSÉ DOS SANTOS SILVA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, assim resumido:

APELAÇÃO CRIMINAL DENUNCIA PELOS CRIMES DE RECEPÇÃO QUALIFICADA E ADULTERAÇÃO DE SINAL DE VEÍCULO AUTOMOTOR PRATICADOS EM CONCURSO MATERIAL (ART 180 §§ 1º E 2º C/C O ART 311 TODOS DO CP) CONDENAÇÃO APENAS PELO CRIME DE RECEPÇÃO QUALIFICADA IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA 1 **PLEITO ABSOLUTÓRIO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE DOLO NA CONDUTA ACERVO PROBATÓRIO ROBUSTO** VEÍCULO PROVENIENTE DE ROUBO VENDIDO PELO RÉU A OUTREM ATRAVÉS DO SITE VENDAS OLX COMERCIANTE EXPERIENTE NO RAMO DE COMPRA E VENDA DE VEÍCULOS ADULTERAÇÕES FACILMENTE DETECTÁVEIS NOS SINAIS IDENTIFICADORES TESE INSUBSISTENTE 2 DOSIMETRIA EX OFFÍCIO APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NO MÍNIMO LEGAL VALORAÇÃO CONCRETA DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS PRESENÇA DE 01 (UM) VETOR DESFAVORÁVEL (CONSEQUÊNCIAS) BENEVOLÊNCIA DO MAGISTRADO SENTENCIANTE SUBSTITUIÇÃO DA SANÇÃO CORPORAL POR DUAS RESTRITIVAS DE DIREITO PENA DE MULTA FIXADA EM PATAMAR RAZOÁVEL EM OBSERVÂNCIA ÀS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAS VALORADAS E SITUAÇÃO ECONÔMICA DO RÉU MANUTENÇÃO DA SENTENÇA 3 DESPROVIMENTO DO RECURSO APELATÓRIO

Alega violação do art. 386, inciso II, do Código de Processo Penal, bem como divergência jurisprudencial, no que concerne à absolvição do recorrente em razão de inexistência de conjunto probatório suficiente para a condenação, trazendo os seguintes argumentos:

No caso em comento, a sentença da magistrada da instância inferior e o acórdão do Tribunal de Justiça da Paraíba, foram contrários ao contexto

probatório amalhado para o álbum processual. (fls. 373).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstrou, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou cada um dos dispositivos de lei federal apontados, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que “a argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula n. 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Ademais, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Sopesando a prova oral produzida, o Laudo de Exame de Identificação Veicular, bem como, o fato de ser o acusado comerciante experiente, vez que afirmou trabalhar com compra e venda de veículos há algum tempo, entendendo que as alterações nos sinais identificadores, constatadas pela perícia, sobretudo as detectadas na vidraria do automóvel, bem como a gravação do número do Chassi na coluna do amortecedor, fora do local habitual, eram facilmente perceptíveis para um profissional que trabalha, diariamente, com a negociação de veículos.

Dessarte, não é crível que o apelante, na qualidade de comerciante de veículos, não detinha ciência da origem espúria do bem que estava em seu poder para venda, notadamente porque as alterações dos sinais identificadores do veículo constantes nos vidros do carro, bem como a localização da gravação do chassi, são de fácil visualização, prova disso é que os policiais rodoviários federais, rapidamente, constataram as adulterações realizadas.

Por outro lado, o recorrente não apresentou uma justificativa

Superior Tribunal de Justiça

plausível que pudesse eximir a culpa, havendo, portanto, de ser mantida a condenação ora vergastada.

Descabida, portanto, a absolvição pleiteada. (fl. 363)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Além disso, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente